

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ABJEÇÃO RACISTA NO BRASIL

THE HISTORICAL CONSTRUCTION OF RACIST ABJECTION IN BRAZIL

Cassio Rodrigues da Silveira¹

 <https://orcid.org/0009-0007-3104-3360>

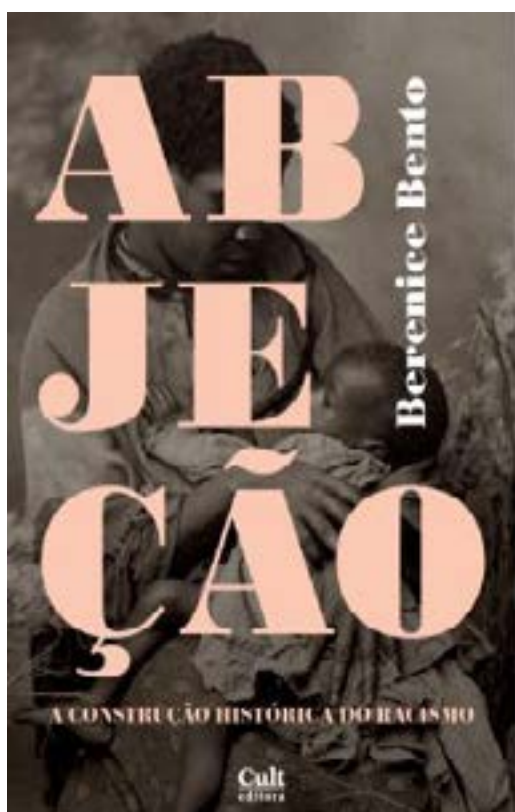
 <http://lattes.cnpq.br/4683142165747767>

Recebido em: 01 de março de 2025.

Aprovado em: 16 de março de 2025.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.22930>

Resenha de: BENTO, Berenice. **Abjeção**: a construção histórica do racismo. São Paulo: Cult Editora: 2024. 349 páginas.



O livro **Abjeção**, de Berenice Bento, publicado pela Editora Cult em 2024, analisa, como o próprio subtítulo deixa claro, **a construção histórica do racismo** no Brasil. Com uma organização coerente, a autora divide a obra em três partes. Na primeira parte, um capítulo é dedicado à apresentação de suas fontes centrais, que são os discursos parlamentares produzidos durante a discussão do Projeto de Lei do Ventre Livre, de 1871, e outro, à apresentação dos principais conceitos elaborados pela autora a partir de seus estudos.

¹ Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (2003), instituição na qual também cursou o mestrado em História, cujo título foi obtido em 2008, e o doutorado, defendido em 2015. E-mail: cassiofil@gmail.com

No primeiro capítulo, *Lei do ventre livre: Política de promoção da morte*, os discursos dos parlamentares contrários à implementação da Lei que daria fim ao princípio romano adotado no Brasil *partus sequitur ventrem* (o parto segue o ventre), são ilustrativos de uma diversidade de lógicas que atravessaram nossa história. Em primeiro lugar, uma preocupação em apresentar a escravidão no Brasil como mais branda do que a que ocorreu em outros países, menos violenta, imagem que estaria presente, inclusive, em teorias relevantes produzidas no país, como as imagens do “homem cordial”, forjada por Sérgio Buarque de Holanda, ou do “mito da democracia racial”, produzido, sobretudo, a partir de algumas leituras de Gilberto Freyre. Daí a ideia de que não seria tão urgente aprovar uma lei que interferisse de forma tão acintosa no direito de “propriedade” (assim os escravos eram compreendidos) dos indivíduos, bruscamente.

Nesse ponto, um segundo elemento importante na estrutura da nossa história, qual seja: a necessidade de que a abolição fosse realizada de forma controlada e gradual, para que pudesse ser segura. A autora nos mostra que, desde sempre, as camadas dominantes da nossa sociedade estiveram no controle das transformações sociais para que fossem realizadas da maneira mais segura possível para elas mesmas, ou seja, para que não produzissem mudanças significativas nas estruturas de poder. O mesmo discurso viria a ser usado, como sabemos, no nosso processo recente de redemocratização.

Um terceiro elemento interessantíssimo apresentado por Berenice Bento como um traço de continuidade em nossa estrutura política é o medo da implementação do comunismo no país, que poderíamos erroneamente vincular à divisão posterior do mundo em dois blocos, ocorrida no século XX. A autora nos mostra, a partir dos discursos dos parlamentares, que esse medo nos chegou em função da implementação, na França, da Comuna de Paris, que ocorreu durante a discussão do projeto de Lei do Ventre Livre no nosso parlamento, e reforçou a percepção dos escravizados compreendidos como propriedades, ameaçadas pelas percepções comunistas vindas da Europa. Tal fantasma vem nos assolando desde então, sendo utilizado nas mais diversas ocasiões para justificar toda sorte de autoritarismos.

Um quarto elemento, que fornece o gancho para o segundo capítulo, é o discurso dos parlamentares de que a escravidão acabaria por si mesma, sem a necessidade de legislação específica sobre isso, dados os índices de mortalidade da população negra e o impedimento legal de substituição dessa mão-de-obra.

O que eles omitem, propositadamente, e Bento discutirá posteriormente, é que a mortalidade absurda das crianças negras se devia, entre outros fatores, à falta de leite e cuidado maternos, já que os corpos das mulheres escravizadas eram utilizados para amamentar as crianças brancas, dos seus proprietários. A partir das falas dos parlamentares, portanto, a autora mostra qual era o verdadeiro projeto de Brasil que se desenhava, e que nunca deixou de se implementar: o genocídio da população de origem africana, em nome do embranquecimento populacional do país, por meio do ingresso de trabalhadores brancos europeus que viriam a ocupar os postos de trabalho livre.

Nesse ponto adentramos naquele que é, a meu ver, o capítulo central da obra, o segundo, *A guerra demográfica: Genocídio, genocidade e necrobiopoder*. É nessa parte do texto que Berenice nos oferece as principais contribuições conceituais para a compreensão da questão do racismo no Brasil. As leis aprovadas antes da abolição no país, Ventre Livre e Sexagenário, tiveram como resultado o oposto do que aparentavam ser. Na aparência seriam leis para beneficiar os negros recém-nascidos e idosos. Na prática, serviram para deixar desprotegidos os indivíduos mais vulneráveis dessa população no Brasil. Os parlamentares falavam dos altos índices de mortalidade da população negra, mas nenhum discurso apontou formas de amenizar esses números trágicos.

É nesse momento do texto que Berenice nos apresenta o conceito de genocidade, para que possamos compreender as políticas adotadas com relação à população negra no país, e que a autora define como uma “microfísica da produção continuada da morte” (p. 100), que não se diferencia do genocídio em seus fundamentos, mas em seus mecanismos atualizados para a produção da morte. Segundo a autora, são três as suas características: “1) atua com uma temporalidade alargada; 2) volta-se, principalmente, para as relações que se dão na esfera micro; 3) combina múltiplas técnicas de produção continuada de sofrimento físico e psíquico” (p. 100). Tais técnicas são mais nítidas quando percebemos a falta de cuidado deliberado por parte do Estado brasileiro com as populações negras mais vulneráveis, ainda antes da abolição, mas que seguiram sendo realizadas na perseguição constante a práticas culturais de origem especificamente africanas, historicamente criminalizadas, e persistem até hoje no tratamento diferenciado das forças policiais aos diferentes espaços das nossas cidades, aplicando uma violência desmedida nas periferias mais afastadas, espaço hegemônico de habitação dos descendentes dos indivíduos

escravizados na história do país.

É a partir desse tratamento diferenciado às populações que a autora nos apresenta o segundo conceito fundamental do capítulo, qual seja, o de necrobiopolítica, que articula as noções de biopolítica (Michel Foucault), de necropolítica (Achille Mbembe) e de Homo sacer (Giorgio Agamben). Retornando aos discursos dos parlamentares na ocasião da discussão sobre a Lei do Ventre Livre, Berenice nos mostra que, enquanto essa ideia de deixar morrer (necro) os descendentes de africanos para substituí-los por mão-de-obra branca era debatida de um lado, diversas políticas de cuidado (bio) com as populações brancas, os proprietários de escravos, assim como os imigrantes, também eram debatidas e implementadas.

É nesse ponto que a autora chega ao centro de sua argumentação: foi produzida, ao longo da história do Brasil, por meio de uma infinidade de técnicas, práticas e discursos, uma relação de abjeção das populações em geral com relação aos africanos, em um primeiro momento e, posteriormente, aos seus descendentes. Tal relação insere os corpos negros fora das relações “eu/outro”, que caracterizam a composição das subjetividades humanas. Os africanos e seus descendentes, ao serem, na maior parte da história do Brasil, compreendidos como propriedade, energia, peça, sofreram um processo de desumanização que é central para que compreendamos o racismo e a naturalização da violência e da morte dos corpos negros na nossa sociedade ao longo de toda a nossa história.

Na segunda parte, dividida em três capítulos, é apresentada outra das teses centrais da autora na obra, qual seja: a insuficiência da categoria gênero na análise da condição das mulheres escravizadas na história do Brasil. A partir disso, nos capítulos *Gênero: uma categoria útil de análise* e *Diferença sexual e abjeção: Qual o gênero das negras escravizadas* é realizada uma crítica aos limites da própria noção de interseccionalidade, tal como vem sendo operada, por mera adição de componentes identitários (gênero, raça e classe, por exemplo). Isso porque, para Berenice Bento, as negras/escravizadas/propriedades/peças não se encontravam nas mesmas condições de gênero das mulheres/brancas/proprietárias. O corpo coberto e honrado da mulher branca, sua fragilidade, passividade, ingenuidade, seu potencial para a maternidade, nada disso é considerado atributo das negras escravizadas. Estas teriam os corpos fortes para o trabalho duro e cotidiano, incapaz para a maternidade, daí ser utilizado para amamentar os filhos das brancas/proprietárias e, em função de sua

sensualidade “natural”, inverteriam o jogo de forças com os homens/brancos/proprietários. Estes, evidentemente mais fortes que as mulheres/brancas/proprietárias, suas esposas, eram fracos diante da lascívia e poder sedutor dos corpos desnudos das negras escravizadas, o que inclusive seria um elemento “amenizador” da responsabilidade da infinidade de estupros realizados, elemento também, infelizmente, aparentemente estruturante da nossa cultura, assim como a facilidade que homens têm de não assumir a paternidade dos filhos das mulheres negras. Havia, portanto, um pacto óbvio entre as mulheres/brancas/proprietárias e os homens/brancos/proprietários, articulado em torno do sentimento de abjeção com relação aos corpos das negras escravizadas, que resultava na negação de qualquer componente significativo de humanidade. Elas eram meras peças, bios, energia, e mesmo seus componentes biológicos femininos eram considerados a partir de avaliações de caráter utilitário, ancas largas para procriar, seios para amamentar, braços fortes para realizar as tarefas que lhes eram atribuídas.

A partir dessa reflexão, de forma bastante coerente, a autora nos conduz ao terceiro capítulo da segunda parte, *Guerra feminista: Limites das categorias de gênero e patriarcado*, para fazer uma análise dos dilemas dentro do feminismo contemporâneo. A autora contrapõe, nesse momento, o que ela denomina de feministas patriarcalistas, que trabalham com o “patriarcado” como uma categoria universal (como é típico de teorias eurocentradas) que atingiria todas as mulheres, de qualquer etnia, da mesma maneira, ao feminismo negro, que coloca necessariamente em evidência a categoria raça. Em função de tudo que foi apresentado anteriormente, no sentido de que não foi permitido à negra escravizada efetivar uma vivência do feminino nos mesmos moldes daqueles que eram vivenciados pela mulher branca proprietária, Bento nos mostra porquê existem limites para a associação de mulheres brancas e mulheres negras, e porquê essas últimas precisam evidenciar a categoria raça, muitas vezes, antes da categoria gênero, fazendo, inclusive, alianças com homens negros incompreensíveis para mulheres que elegem o patriarcado como elemento central de articulação da luta. Para mim, sobretudo, essa parte do livro foi extremamente esclarecedora de questões que, por vezes, acompanhamos na prática concreta dos movimentos sociais, mas que são de compreensão complexa quando não nos inteiramos de elementos fundamentais para a reflexão.

A terceira parte tem dois capítulos. No primeiro, *Quando a história começa? Lutas e revoltas negras durante a escravidão no Brasil*, a autora retoma as lutas políticas dos negros na história do Brasil, na busca de questionar uma certa percepção defendida por intelectuais brasileiros, tais como Caio Prado Júnior, citado por ela, de que essa população, ao longo da maioria de sua trajetória no país, não poderia ser compreendida como dotada de protagonismo histórico, dada uma pretensa passividade desses sujeitos ou uma dificuldade de adotar condutas disciplinadas, o que dificultaria a organização coletiva. Ora, se assim era, o Estado ou os proprietários não teriam questões colocadas de fato por essas populações às quais se deveria dar respostas. A autora demonstra, por meio da apresentação de processos judiciais, lembrando as fugas isoladas, os suicídios, chegando à organização complexa dos Quilombos e ao movimento abolicionista, que esses sujeitos jamais estiveram passivos diante de sua situação. Portanto, ao apresentá-los dessa maneira, a intelectualidade brasileira, assim como na concepção de “homem cordial” ou de “mito da democracia racial”, propositadamente ou não, acabou por reforçar estereótipos que colaboraram com a manutenção da abjeção e do racismo no país.

O último capítulo, denominado *Qual a família da psicanálise? Entre a abjeção e a psicose cultural*, é uma reflexão sobre os limites dessa linha de pensamento, corrente que orientou e ainda orienta em grande medida as percepções intelectuais no ocidente, para compreender as questões concernentes às populações negras na história do Brasil. Um primeiro dado apresentado pela autora é a ausência perceptível de pessoas negras atuando como psicanalistas ou inseridas no tratamento psicanalítico, o que ela articula muito bem no primeiro subtítulo do capítulo, “Racismo e psicanálise ou o racismo da psicanálise”. Berenice Bento insere uma questão fundamental para que consideremos os limites da psicanálise para compreender as famílias negras, sobretudo no contexto da escravidão, que consiste na centralidade da figura paterna na composição da subjetividade, sendo ela a responsável pelo segundo corte do cordão umbilical, separando definitivamente criança da mãe por meio da castração. Tal centralidade é problemática quando nos lembramos que à negra escravizada era negado o direito de ser mãe, e que seu filho jamais seria assumido por uma figura que ocuparia o lugar de pai. Compreendendo que a estrutura familiar utilizada por esta corrente para a compreensão da formação da subjetividade não se aplicou aos

negros na maior parte da nossa história, ainda hoje há problematizações a esse padrão vertical de família. Enquanto a psicanálise não se propuser a reavaliar as ferramentas, inserindo o elemento raça como categoria importante, ela pode ser um instrumento de reforço das percepções racistas na nossa sociedade.

Após essa breve explicitação da estrutura da obra, espero ter demonstrado a relevância dos objetos e conceitos apresentados por Berenice Bento para a compreensão da construção do racismo em nossa sociedade, da normalização da violência sobre os corpos negros, e dos limites de certas categorias e ferramentas de tendência universalizante, seguindo tendências de explicação europeias, para a compreensão da complexidade das relações de dominação seculares que marcam a história do Brasil.